



4º RELATÓRIO BIMESTRAL

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

*Julho e Agosto/2020*

# ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CMO</b>	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
<b>EBSERH</b>	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EMTI</b>	Ensino Médio em Tempo Integral
<b>Enem</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>EPI</b>	Equipamento de proteção individual
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>Fundeb</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>Ideb</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>JOF</b>	Junta Orçamentária do Governo Federal
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MCTIC</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>PAR</b>	Plano de Ações Articuladas
<b>PDDE</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola
<b>PLN</b>	Projeto de Lei do Congresso Nacional
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNATE</b>	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
<b>ProBNCC</b>	Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
<b>ProNem</b>	Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio
<b>RAP</b>	Restos a Pagar
<b>RARDP</b>	Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias
<b>RO</b>	Regra de Ouro
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União



# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO .....4**

**QUADRO-RESUMO .....5**

**INTRODUÇÃO.....7**

**CENÁRIO DE RECEITAS, CRÉDITOS E  
DISPONIBILIDADE DE RECURSOS .....9**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... 14**

**| ESPECIAL: COVID-19 .....27**

**CONCLUSÃO ..... 30**

**GLOSSÁRIO ..... 32**



# APRESENTAÇÃO

## SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil. Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do País.

## SOBRE ESTE RELATÓRIO BIMESTRAL

Este relatório tem o objetivo de compreender os fatores que impactam a disponibilidade de recursos e a execução orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com o foco na Educação Básica. Para tanto, com base em publicações bimestrais do Ministério da Economia - mesma periodicidade deste relatório -, são destacadas as variações da dotação disponível, as taxas de empenho e pagamento do MEC, gastos com Restos a Pagar e análises quantitativas e qualitativas acerca da execução de recursos públicos, com destaque para alguns programas. As análises desta edição trazem informações sobre créditos enviados pelo Governo Federal para retirar recursos da Educação, principalmente do Ensino Básico, além das ações realizadas pelo MEC no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

## EXPEDIENTE

### COORDENAÇÃO

#### **Lucas Hoogerbrugge**

Líder de Relações Governamentais

### CONSULTORIA TÉCNICA

#### **Marcos Mognatti**

Contador e Especialista em Orçamento Público pelo ISC/TCU

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

#### **Bárbara Benatti**

Gerente de Comunicação

### AUTORIA E REDAÇÃO

#### **Felipe Poyares**

Coordenador de Relações Governamentais - Legislativo

### APOIO TÉCNICO

#### **Caio Callegari**

Coordenador de Produção Técnica e Legislativa

#### **Gustavo Wei**

Coordenador de Relações Federativas - Executivo

#### **Pricilla Kesley**

Coordenadora de Conteúdo

### DIAGRAMAÇÃO

#### **Daniela Jardim & Rene Bueno**

Designers gráficos e diagramadores

### REVISÃO EXTERNA

#### **Paula Bosi**

Revisora e jornalista

# 1.

## QUADRO-RESUMO

1

Governo envia projeto que cancela R\$ 1,1 bilhão da Educação Básica, valor correspondente a 30% do total das despesas discricionárias da etapa. A decisão final está nas mãos do Congresso Nacional. A ação 0509 – Desenvolvimento Educação Básica, principal alvo dos cortes, pagou menos de 1% do montante aprovado para o ano.

2

Espaço (limite) para pagamentos discricionários no FNDE é inferior às despesas aprovadas para o exercício. O limite foi utilizado, em sua maioria, com despesas de outros anos, os Restos a Pagar, que consumiram 79% do total pago.

3

Apenas 6% das despesas discricionárias da etapa foram pagas, enquanto os gastos obrigatórios, em grande maioria automáticos, atingiram 54% do aprovado para o ano. Discrepância evidencia ineficiência no MEC.

4

Até o fim do oitavo mês do ano, a pasta como um todo pagou apenas 32% das despesas discricionárias planejadas para o ano. O FNDE pagou 14%.

5

Dotação das emendas parlamentares para a Educação Básica perdeu R\$ 782 milhões entre o 1º e 4º bimestres. Execução das emendas está temporariamente interrompida por conta das eleições; Lei proíbe transferências voluntárias nos três meses que antecedem os pleitos.

6

Entre 2018 e 2020, o MEC deixa de receber US\$ 131,5 milhões do Banco Mundial para financiar o Novo Ensino Médio. Desembolsos dependiam do cumprimento de metas estabelecidas no empréstimo. Das 112 assistências técnicas planejadas, apenas quatro estão ativas.

7

Até agosto, o Governo não pagou nada dos R\$ 197 milhões previstos, em 2020, para aumentar a conectividade das escolas. Despesas não pagas em 2019, e que foram roladas para 2020, já tiveram mais de R\$ 150 milhões em pagamentos nesse ano.

# 2.

## INTRODUÇÃO

No início de novembro de 2020, em meio aos processos eleitorais em curso em todos os municípios brasileiros, o Brasil discute de maneira destacada na cena política a pertinência do retorno às atividades escolares presenciais. Após meses fechadas como medida de isolamento social por conta da pandemia de Covid-19, muitas escolas já estão em processo de reabertura, tanto na rede pública como na rede privada. Contudo, os casos de Covid-19 no Brasil seguem aumentando (cerca de 30 mil novos casos diários), com ocorrência de picos em diferentes regiões.

Esse é o pano de fundo da análise sobre a execução orçamentária do Ministério da Educação (MEC), na medida em que a qualidade e a segurança sanitária do retorno das atividades presenciais dependem de coordenação técnica nacional e de apoios financeiros às redes públicas de ensino. O recém-divulgado estudo “Covid-19: Impacto Fiscal na Educação Básica”, produzido pelo Todos Pela Educação e pelo Instituto Unibanco, evidencia que as redes estaduais e municipais têm tido estratégias heterogêneas para lidar com novas despesas educacionais por conta da pandemia, com alta variabilidade de custos por estudante das intervenções. O apoio técnico e a presença coordenadora do MEC poderiam ajudar as redes a alcançar estratégias mais eficientes e efetivas para oportunidades educacionais de qualidade e seguras aos estudantes.

Ao mesmo tempo, a perspectiva é que Estados e Municípios devem perder de R\$ 13 bilhões a R\$ 40 bilhões de impostos vinculados à Educação, em 2020, atingindo sobretudo os Estados mais vulneráveis como Bahia e Ceará. É nesse sentido que fica clara a necessidade de um robusto apoio financeiro do MEC, como preconiza a Constituição Federal acerca da função supletiva e redistributiva da União, considerando a capacidade de emissão de dívida para manter o patamar de despesas em cenário de crise fiscal como o atual.

Contudo, o que tem sido observado em matéria de apoio financeiro do MEC é justamente o contrário. Na última edição do Relatório Bimestral de Execução Orçamentária do MEC, publicado em agosto deste ano, ficou clara que a execução de despesas do ministério no primeiro semestre de 2020 ficou muito aquém do esperado, principalmente no que tange às despesas discricionárias para a Educação Básica (sobretudo as transferências a Estados e Municípios). À época, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável por tais transferências, teve inclusive redução de 1,8% no seu orçamento autorizado para 2020, o que corresponde a R\$ 537 milhões a menos.

No presente relatório, procedeu-se a atualização da análise orçamentária considerando as execuções dos meses de julho e agosto. Além disso, realizou-se análises mais aprofundadas sobre programas específicos do MEC: o programa de fomento ao Novo Ensino Médio e o Educação Conectada, relativo à conectividade nas escolas. Por fim, o estudo traz as projeções de cancelamentos dos créditos do Ministério da Educação, em favor de outras pastas, o que afetará a disponibilidade de recursos no MEC até o final de 2020.

Após a Introdução, o relatório segue com a análise das receitas do Governo Federal e da disponibilidade fiscal dos órgãos ligados ao Ministério da Educação. A seção seguinte trata da execução orçamentária da pasta, subdividida entre despesas discricionárias, obrigatórias e programas específicos. Por último, o estudo traz uma análise especial sobre gastos associados à pandemia de Covid-19.

# 3.

## CENÁRIO DE RECEITAS, CRÉDITOS E DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

### 3.1 CENÁRIO DE RECEITAS E CRÉDITOS

Findo o mês de agosto, as estimativas de receitas e despesas foram reavaliadas pelo Ministério da Economia e publicadas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 4º bimestre. Como era esperado, houve recuo de 0,8% nas receitas primárias e elevação de 3,5% nas despesas em comparação com o 3º bimestre. A meta de resultado primário para 2020, cujo atingimento foi dispensado pelo estado de calamidade pública, era deficitária em R\$ 124,1 bilhões, mas, até esse bimestre, já acumula R\$ 861 bilhões.

Em comparação com a projeção da Lei Orçamentária Anual (LOA), a receita líquida do Governo Federal já sofreu uma redução de **12,5%** no acumulado do ano, como mostra a tabela 1. A Contribuição do Salário-Educação, cuja finalidade é financiar programas e ações da Educação Básica, sofreu leve queda (-0,2%) de um bimestre para o outro, mas também acumula perdas acima dos **10%** em comparação com a estimativa da LOA.

Tabela 1.

#### Projeção Receita Primária Líquida e Salário-Educação 2020

Em R\$ bilhões

Receita	LOA 2020	1º Bi	2º Bi	3º Bi	4º Bi	Var. % (LOA- 4º)
<b>Receita Primária Líquida Gov. Federal</b>	1.355,4	1.324,2	1.213	1.195,3	1.185,3	<b>- 12,5%</b>
<b>Contribuição Salário-Educação</b>	22,71	23,21	20,53	20,47	20,41	<b>- 10,1%</b>

Fonte: RARDP 4º Bimestre

As variações na arrecadação impactam diretamente a necessidade de se aplicar contingenciamentos (limitação de empenho e pagamento), afastados em 2020, melhor detalhados à frente. Ainda que estejam relacionados, a queda de arrecadação não faz reduzir, por si só, a dotação de um órgão. Para suplementar ou cancelar a dotação de uma unidade orçamentária durante o exercício, é necessária prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI), seja para realocar recursos de um programa para outro, por exemplo, ou para remanejar recursos entre órgãos.

Durante o início do 5º e nos 4º e 3º bimestres de 2020, o Governo Federal enviou doze Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN) para remanejar recursos do MEC positiva ou negativamente. A tabela 2 apresenta os créditos enviados por bimestre e faz uma distinção entre movimentações envolvendo recursos da Educação Básica e as demais etapas, além de apresentar o resultado total para o ministério como um todo.

Cabe ressaltar que nenhum dos PLNs enviados foram apreciados, já que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) ainda não foi instalada. Entre suplementações e cancelamentos, o saldo é negativo para os recursos da Educação Básica, superando **R\$ 1,1** bilhão. **O valor é equivalente a 30% da totalidade das dotações discricionárias para a etapa.**

Tabela 2.

## PLNs enviados ao Congresso Nacional em 2020 - MEC

Em R\$ milhões

Envio PLNs	PLNs	Educação Básica			Demais etapas			Total
		Suplem.	Cancel.	Result.	Suplem.	Cancel.	Result.	Result.
3º Bi	12, 13 e 14	10,7	0,0	10,7	1.879,2	19,4	1.859,8	1.870,5
4º Bi	19, 21, 22 e 24	0,0	34,6	-34,6	736,0	1.404,9	-668,8	-703,5
5º Bi	30, 36, 37, 40 e 43	160,1	1.251,8	-1.091,7	218,5	548,6	-330,1	-1.421,8
<b>Total</b>		<b>170,8</b>	<b>1.286,4</b>	<b>-1.115,6</b>	<b>2.833,7</b>	<b>1.972,8</b>	<b>860,9</b>	<b>-254,7</b>

Fonte: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O PLN 30/2020, enviado no início do 5º bimestre, é responsável pelos maiores cancelamentos. A destinação desses recursos, somados a outros em outras pastas, será, principalmente, para os Ministérios do Desenvolvimento Regional (47%), da Infraestrutura (22%) e da Saúde (16%). O maior cancelamento, caso aprovado, ocorrerá na ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, justamente a que concentra recursos do Educação Conectada e Ensino Médio em Tempo Integral, ambos destacados no último relatório pela ausência de execução por parte do MEC até o meio do ano. Em outras palavras, a pasta deixou de executar esses recursos ao longo de 2020 e, agora, diante da necessidade de recursos em outras áreas, a oferta de políticas públicas educacionais será sacrificada.

O saldo do conjunto de recursos das outras etapas é positivo em **R\$ 861** milhões, de modo que o resultado para o ministério como um todo é de perda de **R\$ 254** milhões. Em discursos

e entrevistas à imprensa<sup>1</sup>, o Governo anunciou inúmeras vezes que a Educação Básica seria uma prioridade da gestão, mas os números acima contradizem essa narrativa. Agora cabe ao Congresso Nacional reverter ou aprovar os cancelamentos propostos.

## 3.2 AVALIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

Na comparação entre o 1º e 4º bimestres de 2020, enquanto os órgãos que reúnem recursos da Educação Básica sofreram, em média, um recuo de **2%** nas suas dotações, impulsionados pela Administração Direta do MEC (**-8%**) e o FNDE (**-3%**), o ministério como um todo teve seu orçamento ampliado em **1%**. O valor subtraído do FNDE (**R\$ 894** milhões), órgão que reúne 64% dos recursos do Ensino Básico, supera todo o ganho para a pasta (**R\$ 734** milhões), e há estimativa de mais cortes neste ano.

Cabe destacar que, no 3º bimestre, os recursos educacionais condicionados à autorização para o descumprimento da Regra de Ouro (RO) foram incorporados ao orçamento do MEC, tendo sido apresentados separadamente nos relatórios anteriores para ilustrar a incorporação. Por outro lado, como esses recursos sempre “pertenceram” à pasta, de agora em diante, as dotações serão apresentadas sem distinção, com a incorporação total dos recursos da RO, conforme consta na tabela 3.

Tabela 3.

### Variação da Dotação Atualizada (\*) do MEC

Em R\$ milhões

Órgãos	Dotação Atualizada 2020				Diferença R\$	Diferença %
	1º Bi	2º Bi	3º Bi	4º Bi	(4º Bi - 1º Bi)	(4º Bi / 1º Bi)
<b>1. MEC (Adm. Direta)</b>	4.905	4.767	4.566	4.501	-404	<b>-8%</b>
<b>2. INEP</b>	1.193	1.193	1.194	1.244	51	4%
<b>3. CAPES</b>	3.077	3.077	3.468	3.528	451	15%
<b>4. FNDE</b>	30.143	29.403	29.396	29.249	<b>-894</b>	<b>-3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>39.317</b>	<b>38.440</b>	<b>38.624</b>	<b>38.521</b>	<b>-796</b>	<b>-2%</b>
<b>5. Demais Unidades Orçamentárias</b>	102.785	103.226	104.264	104.315	1.530	1%
<b>Total Geral</b>	<b>142.103</b>	<b>141.666</b>	<b>142.888</b>	<b>142.837</b>	<b>734</b>	<b>1%</b>

Fonte: SIAFI (Tesouro Nacional).

(\*) LOA +/- Remanejamentos (créditos adicionais) excluídas as dotações condicionadas à Regra de Ouro. No 3º bimestre, as dotações condicionadas da RO foram aprovadas e incorporadas ao orçamento do MEC.

<sup>1</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/07/19/governo-da-a-educacao-prioridade-de-papai-noel.htm>  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-05/na-camara-weintraub-diz-que-prioridade-do-governo-e-educacao-basica>  
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/10/foco-de-bolsonaro-apoio-a-educacao-basica-e-profissional-sofre-esvaziamento-no-mec.shtml>

Bimestralmente, de acordo com o comportamento da arrecadação, o Ministério da Economia (ME) publica decretos atualizando os limites de empenho e pagamento das despesas discricionárias dos órgãos da administração federal, demonstrado pela tabela 4. Do 3º para o 4º bimestre, não houve alteração nos limites para o MEC e o FNDE, lembrando que nesse quesito – e na aplicação dos contingenciamentos – a autarquia é independente do MEC, já que ambos têm limites apartados por força da LDO 2020.

Até agosto, o MEC consumiu **73%** do seu limite de empenho e **61%** do limite de pagamento, percentuais condizentes com o período do ano – tendo em vista que a análise compreende os oito primeiros meses do ano, ou seja, 66% do exercício. Por outro lado, o FNDE utilizou menos de um quarto do seu limite de empenho, o que evidencia a baixíssima execução das despesas discricionárias do exercício alocadas na autarquia. Até junho desse ano, o órgão havia consumido 20% desse limite, ou seja, entre julho e agosto, apenas 3% foi utilizado, o equivalente a R\$ 149 milhões. O valor é irrisório diante da realidade orçamentária da autarquia e reforça a ineficiência atribuída à gestão atual.

Tabela 4.

### Limites de Empenhos e Pagamentos x Realizados no Acumulado Despesas Discricionárias (exclusive emendas)

Em R\$ milhões

Órgãos	Limites até dezembro/2020		Realizado até 4º Bimestre/2020							
	Emp.	Pag.	Empenhos		Pagamentos					
					Total		LOA 2020		RAP	
	R\$ Mi	R\$ Mi	R\$ Mi	%/ Limite	R\$ Mi	%/ Limite	R\$ Mi	%/ Limite	R\$ Mi	%/ Limite
<b>26000 – MEC</b>	14.904	15.280	10.824	<b>73%</b>	9.273	<b>61%</b>	6.027	65%	3.246	35%
<b>26298 – FNDE</b>	4.399	4.399	<b>1.009</b>	23%	<b>1.888</b>	43%	404	21%	1.484	79%
<b>Total Geral</b>	<b>19.303</b>	<b>19.679</b>	<b>11.833</b>	<b>61%</b>	<b>11.161</b>	<b>57%</b>	<b>6.430</b>	<b>58%</b>	<b>4.730</b>	<b>42%</b>

Fonte: DPOF e SIAFI (Tesouro Nacional).

Nota-se que o total pago pelo FNDE (**R\$ 1,9** bilhão) supera o empenhado (**R\$ 1** bilhão) no período. A explicação para a diferença está no pagamento de despesas de anos anteriores, que, por sua vez, ocupam o mesmo espaço financeiro (limite de pagamento) das despesas de 2020. Caso a autarquia empenhe a totalidade das despesas aprovadas para esse ano, não haverá espaço para efetivar os pagamentos. As últimas três edições deste relatório chamaram a atenção para o pagamento excessivo de RAP no FNDE e em outros órgãos do MEC, mas a raiz do problema está em 2019.

No ano passado, a autarquia fechou o ano com uma dotação de R\$ 6,7 bilhões para as despesas discricionárias, das quais 83% foram empenhadas, cerca de R\$ 5,5 bilhões, e apenas 32% foram pagas, o equivalente a R\$ 2,1 bilhões. A diferença entre o empenhado e o pago, em 2019 (R\$ 3,4 bilhões), foi inscrita em RAP e somada ao saldo de RAP acumulado de anos anteriores, compondo o total de **R\$ 4,6** bilhões, conforme mostra a tabela 5. Desse valor, 94% pertence à Educação Básica, totalizando **R\$ 4,4** bilhões.

Tabela 5.

### Pagamento RAP em 2020 – FNDE (jan-ago)

Em R\$ milhões

Subfunção Agregada	Total RAP	RAP pago	RAP a pagar
<b>1 – Administração e Encargos</b>	58,6	26,7	31,9
<b>2 – Educação Básica</b>	<b>4.379,6</b>	1.422,5	2.957,1
<b>3 – Educação Profissional</b>	79,0	5,5	73,5
<b>4 – Educação Superior</b>	143,6	29,5	114,1
<b>Total</b>	<b>4.661,0</b>	<b>1.484,3</b>	<b>3.176,7</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Do montante carregado, **32%** já foi pago e o restante ainda poderá ser efetivado em 2020, caso haja limite. A condição se torna crucial, pois tanto o montante de RAP a pagar (**R\$ 3,1** bilhões) como o orçamento de 2020 que ainda não foi utilizado (R\$ 2,64 bilhões) são superiores ao limite de pagamento disponível (R\$ 2,51 bilhões – vide tabela 4) do FNDE.

A situação é tão preocupante que o limite disponível de pagamentos não cobre nem mesmo as despesas de 2020, o que já nos permite afirmar que haverá um carregamento considerável de despesas de 2020 para 2021. A alternativa ao carregamento seria a perda desses recursos (deixando de empenhá-los), que retornariam para o Tesouro Nacional, perdendo a vinculação à Educação.

# 4.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTAL

Nesta seção, serão apresentadas a execução orçamentária do MEC e as autarquias que reúnem recursos da Educação Básica. Para tanto, num primeiro momento, será apresentada a execução geral da pasta, sem filtros ou cortes por etapa ou órgão. Posteriormente, o pagamento das despesas discricionárias e obrigatórias será avaliado separadamente, já que cada grupo tem sua dinâmica própria de execução. Por fim, dando sequência ao que foi iniciado no relatório anterior, dois programas do Ministério da Educação serão analisados com mais detalhes: o Novo Ensino Médio e o Educação Conectada.

As execuções orçamentárias do MEC, entre janeiro e agosto de 2019, e no mesmo período em 2020, são semelhantes, como mostra a tabela 6. Com alguma variação entre elas, tanto as taxas de empenho e pagamento como os montantes financeiros são similares. Em 2019, no período mencionado, a pasta pagou **50%** das suas despesas, cerca de R\$ 74,8 bilhões. A taxa de pagamento, em 2020, é apenas um ponto percentual (p.p.) maior, totalizando **R\$ 72,1** bilhões pagos.

As semelhanças, no entanto, são um sinal de alerta para a pasta, já que o exercício de 2019 foi marcado por uma baixa execução do orçamento e por polêmicas envolvendo integrantes do MEC. Em 2020, a pandemia atingiu o mundo e afetou drasticamente a vida dos alunos e dos profissionais de Educação. Além disso, novos gastos surgiram, como a compra de materiais de proteção individual, a disponibilização de pacote de dados de internet para os alunos e a logística para que a merenda pudesse chegar aos estudantes, por exemplo.

Tabela 6.

## Execução por Agrupamento de Subfunções

Em R\$ milhões

Por Agrupamento de Subfunções e Ações	Até 4º Bimestre/2019			Até 3º Bimestre/2020				
	Dotação Atual	Empenhado	Pago	Dotação Atual*	Empenhado		Pago <sup>2</sup>	
	R\$	%	%	R\$	R\$	%	R\$	%
<b>Educação Básica</b>	41.900	85%	53%	43.839	36.753	84%	20.583	<b>47%</b>
<b>Educação Profissional</b>	12.478	80%	50%	12.765	10.506	82%	6.417	50%
<b>Educação Superior</b>	45.664	78%	52%	44.621	36.567	82%	23.593	<b>53%</b>
<b>Administração e Encargos</b>	49.557	69%	46%	41.611	33.314	80%	21.557	52%
<b>Total Geral</b>	<b>149.599</b>	<b>77%</b>	<b>50%</b>	<b>142.837</b>	<b>117.140</b>	<b>82%</b>	<b>72.149</b>	<b>51%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Dados de 2019 em valores correntes.

Seguindo o mesmo raciocínio, seria natural esperar uma entrega maior de recursos, bens e serviços, por parte do MEC, em 2020, na comparação com 2019, mas não é o que está acontecendo. Ao final do oitavo mês do ano, menos da metade (**47%**) dos recursos vinculados à Educação Básica foram pagos. Nas outras subfunções, o cenário não é muito diferente; a maior taxa está na Educação Superior, com apenas **53%** das despesas aprovadas para o ano pagas.

Por outro lado, as taxas de empenho estão elevadas, todas acima de 80%, o que é um indicativo de que novos gastos serão efetuados. Cabe lembrar que os valores apresentados correspondem à totalidade dos recursos do MEC, despesas obrigatórias, efetuadas conforme os fatos geradores, e discricionárias, que dependem da ação direta dos gestores. Para introduzir a análise de cada conjunto de despesa, a tabela 7 desagrega o total pago vinculado à Educação Básica (R\$ 20,5 bilhões) entre despesas discricionárias, obrigatórias e emendas parlamentares.

Ao detalhar os gastos, fica evidente a discrepância entre o ritmo de execução das despesas que dependem da ação direta dos gestores (**6%**) e aquelas que independem (**54%**). As emendas parlamentares são influenciadas por outros elementos, de forma que a baixa execução desses recursos não pode ser atribuída única e exclusivamente a qualquer ineficiência presente no ministério. Nas seções seguintes, as emendas parlamentares serão abordadas com mais detalhes.

**2** Desconsidera pagamentos de RAP, pois se trata de um gasto extraorçamentário.

Tabela 7.

## Execução da Educação Básica por RP

Em R\$ milhões

Resultado Primário	Dotação Atualizada	Empenhado	%	Pago	%
Discricionária	3.795	1.276	33%	244	6%
Emenda	2.843	628	22%	76	2%
Obrigatória	37.200	34.848	93%	20.261	54%
<b>Total</b>	<b>43.839</b>	<b>36.753</b>	<b>84%</b>	<b>20.583</b>	<b>47%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Escala do gráfico em porcentagem de cada órgão.

Os dados desagregados explicam o percentual de despesas pagas da etapa (47%), evidenciando a incapacidade do MEC na execução das discricionárias. A seção seguinte se destina a analisar com maior profundidade esse conjunto de despesas, trazendo comparações com o bimestre anterior e o mesmo período do ano passado. Ademais, as ações orçamentárias que reúnem despesas discricionárias serão desagregadas, buscando identificar os programas e as iniciativas da etapa que mais sofreram com a morosidade do ministério.

## 4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS

Ao longo do relatório, a distinção entre as despesas discricionárias e obrigatórias foi destacada inúmeras vezes e a discrepância entre a execução de ambas, apresentada na tabela 7, evidencia o porquê. A tabela 8 traz a comparação entre o executado até o 3º e 4º bimestres de 2020, segregado entre unidades orçamentárias. Em todas as unidades com recursos da Educação Básica, e na média das outras unidades, houve avanço nos dois principais indicadores de execução.

Os avanços, no entanto, foram tímidos. O FNDE, órgão que concentra 64% dos recursos da Educação Básica, pagou apenas **14%** dessas despesas, o equivalente a pouco mais de R\$ 400 milhões. No Inep, míseros **6%** foram pagos, com o agravante de que, até o 3º bimestre, esse percentual era de **5%**. Entre julho e agosto, apenas R\$ 19 milhões foram pagos pela autarquia, diante de um orçamento total de R\$ 1,1 bilhão para o ano. Por outro lado, R\$ 530 milhões foram empenhados no período, um avanço de **45 p.p.**

Tabela 8.

## Despesas Primárias Discricionárias por órgão

(3º Bimestre x 4º Bimestre de 2020)

Em R\$ milhões

Órgãos	3º Bimestre/2020			4º Bimestre/2020		
	Dotação Atual	Empenhado	Pago	Dotação Atual	Empenhado	Pago
	R\$ Mi	%	%	R\$ Mi	%	%
<b>1. MEC (Adm. Direta)</b>	1.455	49%	25%	1.483	57%	35%
<b>2. INEP</b>	1.111	<b>15%</b>	<b>5%</b>	1.161	<b>60%</b>	<b>6%</b>
<b>3. CAPES</b>	3.234	42%	31%	3.294	57%	44%
<b>4. FNDE</b>	3.047	28%	7%	2.902	35%	<b>14%</b>
<b>Outras Unidades Orçamentárias</b>	11.433	52%	24%	11.441	65%	35%
<b>Total Geral</b>	<b>20.280</b>	<b>44%</b>	<b>22%</b>	<b>20.280</b>	<b>58%</b>	<b>32%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Na Capes, Administração Direta e demais unidades, as taxas de pagamento estão mais elevadas, mas todas abaixo de 50%. A taxa de pagamento do ministério como um todo é de **32%**, idêntica ao mesmo período do ano passado. A má notícia está no fato de que, no consolidado do ano, 2019 foi o de menor execução das despesas discricionárias desde 2016. Caso a pasta continue nesse ritmo, essa marca pode ser igualada ou mesmo superada.

Na seção anterior, as despesas com Educação Básica foram desagregadas entre obrigatórias e discricionárias para evidenciar a discrepância nas suas execuções (tabela 7). A seguir, para compreender melhor quais são os gastos discricionários da etapa, a tabela 9 organiza tais despesas por ordem decrescente de acordo com a ação de maior dotação, além de trazer os dados de empenho e pagamento.

A maior concentração (59%) está no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), com mais de **R\$ 2,2** bilhões de dotação. O programa avalia e destina obras didáticas, pedagógicas e literárias às escolas públicas de Educação Básica. A sua execução é realizada em ciclos de forma alternada entre Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais e Ensino Médio. Historicamente, os recursos têm uma alta taxa de empenho, perto de 100%, e um pagamento entre 40% e 60% até o final do ano. Até agosto, 25% dos recursos foram empenhados e apenas **5%** pagos.

Tabela 9.

## Despesas Primárias Discricionárias da Educação Básica por Ação Governamental

Em R\$ milhões

Ação	Dotação Atualizada	Empenhado	%	Pago	%
<b>20RQ – Livros e Materiais Didáticos</b>	<b>2.257,8</b>	569,6	25%	119,4	<b>5%</b>
<b>20RM - Exames e Avaliações</b>	892,8	<b>512,4</b>	57%	4,4	0%
<b>0000 - Concessão de Bolsas</b>	475,7	128,8	27%	92,1	19%
<b>20RI - Instituições Fed. de Educ. Básica</b>	121,2	56,3	47%	24,4	20%
<b>0509 - Desenvolvimento Educação Básica</b>	13,5	0,3	3%	28,4	0%
<b>0E53 - Veículos para o Transporte Escolar</b>	8,9	2,0	22%	1,5	17%
<b>00PH - Concessão de Bolsas EJA</b>	8,5	-	0%	-	0%
<b>4014 - Censo Escolar Educação Básica</b>	7,5	4,6	62%	1,5	21%
<b>20RP - Infraestrutura Educação Básica</b>	5,4	-	0%	-	0%
<b>20RJ – Capacitação e Formação</b>	3,0	1,8	60%	1,2	40%
<b>214V – Alfabetização e EJA</b>	0,3	-	0%	-	0%
<b>Total</b>	<b>3.795,0</b>	<b>1.276,2</b>	<b>34%</b>	<b>244,8</b>	<b>6%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Na sequência, estão as despesas com exames e avaliações da Educação Básica, dos quais 76% são gastos com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), adiado para o ano que vem em virtude da pandemia. Por esse motivo, apesar do empenho de **R\$ 512,4** milhões, pouco mais de R\$ 4 milhões foram pagos. É provável que o restante seja inscrito em RAP para ser efetivado no ano que vem, diante da situação emergencial – um evidente exemplo de exceção em que o mecanismo deve ser utilizado.

As demais ações apresentam uma variação considerável na execução, mas as taxas de pagamento, principalmente, ainda são tímidas para o oitavo mês do ano, variando entre 0% e apenas uma com 40%. No total desse conjunto de despesas, fortemente influenciadas pelo PNLD, dos **R\$ 3,8** bilhões planejados, apenas **R\$ 244,8** milhões foram pagos na etapa.

As emendas parlamentares também são classificadas como despesas discricionárias, mas sua execução depende de outros fatores que fogem ao controle do MEC e, por isso, são demonstradas de forma separada. Ademais, a localidade dos recursos é definida pelos parlamentares

e ainda depende da liberação da Junta Orçamentária do Governo Federal (JOF)<sup>3</sup>, que gerencia esse fluxo.

A dotação das emendas vinculadas ao MEC vem caindo desde o início do ano, com perdas acumuladas de mais de **R\$ 1** bilhão entre o 1º e 4º bimestres, demonstrado na tabela 10. A queda é impulsionada pela Educação Básica, que concentra 68% das emendas da pasta e já perdeu **R\$ 782** milhões no período. A etapa tem as menores taxas de execução, **22%** e **3%**, mas a execução das emendas foi interrompida desde o dia 15 de agosto por conta das eleições municipais.

Tabela 10.

## Emendas Parlamentares por Agrupamento de Subfunção - MEC

Em R\$ milhões

Agrupamento de Subfunções	1º Bi	2º Bi	3º Bi	4º Bimestre				
	Dotação atual	Dotação atual	Dotação atual	Dotação atual	Empenhado	%	Pago	%
<b>Administração e Encargos</b>	3,8	18,8	18,8	20,2	13,6	67%	5,1	25%
<b>Educação Básica</b>	<b>3.625,9</b>	2.907,9	2.900,5	<b>2.843,5</b>	628,2	<b>22%</b>	76,9	<b>3%</b>
<b>Educação Profissional</b>	593,2	533,3	533,3	531,2	142,4	27%	30,4	6%
<b>Educação Superior</b>	955,6	792,1	792,1	780,2	290,8	37%	66,1	8%
<b>Total Geral</b>	<b>5.178,7</b>	<b>4.252,3</b>	<b>4.244,8</b>	<b>4.175,2</b>	<b>1.075,1</b>	<b>26%</b>	<b>178,5</b>	<b>4%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

A Lei nº 9.504/1997, em seu art. 73º, proíbe que ocorram transferências voluntárias de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições, marcadas para o dia 15 de novembro. Como as emendas se enquadram nessa regra, embora impositivas, são voluntárias com garantia de execução; novos empenhos e pagamentos estão temporariamente interrompidos desde 15 de agosto. Após as eleições, os relatórios seguintes apresentarão o detalhamento da execução dessas despesas.

<sup>3</sup> Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, Art. 1º: “[...] órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na condução da política fiscal do Governo Federal, com vistas ao equilíbrio da gestão dos recursos públicos, à redução de incertezas no ambiente econômico e à sustentabilidade intertemporal do endividamento público”. Como as emendas estão dispersas entre os órgãos federais, a JOF centraliza as liberações buscando um equilíbrio financeiro-orçamentário para o Governo como um todo.

## 4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS

Diferentemente do bimestre anterior, quando os recursos da Regra de Ouro foram incorporados ao orçamento do MEC, não houve alterações relevantes nas dotações das despesas obrigatórias. A tabela 11 desagrega essas despesas de acordo com a unidade orçamentária, assim como demonstrado anteriormente na seção de despesas discricionárias. No consolidado do ministério, **88%** das despesas obrigatórias foram empenhadas e **56%** pagas, totalizando cerca de R\$ 58 bilhões em pagamentos.

A baixa execução na Administração Direta do MEC é justificada pela reserva de contingência, responsável por 80% da dotação da unidade orçamentária. Fora a reserva, as taxas de pagamento das ações da unidade se assemelham às demais: aposentadorias (58%), assistência médica (52%) e pessoal (52%). A discrepância, no entanto, não afeta as análises sobre as despesas discricionárias, realizadas anteriormente.

Tabela 11.

### Execução das Despesas Primárias Obrigatórias nos órgãos selecionados

Em R\$ milhões

Órgãos	Até 3º Bimestre/2020			Até 4º Bimestre/2020				
	Dotação Atual	Empenhado	Pago	Dotação Atual*	Empenhado		Pago	
	R\$ Mi	%	%	R\$ Mi	R\$ Mi	%	R\$ Mi	%
<b>1. MEC (Adm. Direta)</b>	2.290	8%	6%	2.290	225	10%	202	9%
<b>2. INEP</b>	72	89%	42%	72	65	90%	43	60%
<b>3. CAPES</b>	81	89%	42%	81	73	90%	49	60%
<b>4. FNDE</b>	23.381	<b>92%</b>	42%	23.381	21.614	<b>92%</b>	13.154	56%
<b>Subtotal</b>	<b>25.824</b>	<b>85%</b>	<b>39%</b>	<b>25.824</b>	<b>21.978</b>	<b>85%</b>	<b>13.448</b>	<b>52%</b>
<b>Outras Unidades Orçamentárias</b>	76.524	84%	41%	76.536	68.527	90%	44.335	58%
<b>Total Geral</b>	<b>102.348</b>	<b>84%</b>	<b>40%</b>	<b>102.360</b>	<b>90.505</b>	<b>88%</b>	<b>57.783</b>	<b>56%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Entre o 3º e 4º bimestres, apenas R\$ 30 milhões foram empenhados no FNDE, motivo pelo qual a taxa de empenho se manteve inalterada em **92%**. Para compreender melhor quais são os gastos obrigatórios da autarquia, a tabela 12, abaixo, desagrega-os de acordo com a ação orçamentária. A maior concentração está na Complementação da União ao Fundeb, com dotação de

R\$ 16,4 bilhões, dos quais **R\$ 9** bilhões foram pagos. Na sequência, está o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com **96%** de empenho e **65%** das despesas pagas.

Tabela 12.

## Execução das Despesas Obrigatórias no FNDE por ação

Em R\$ milhões

Ação	Dotação Atualizada	Empenhado	%	Pago	%
<b>0E36 - Complementação Fundeb</b>	16.462	15.909	97%	<b>9.068</b>	<b>55%</b>
<b>00PI - PNAE</b>	4.154	3.982	<b>96%</b>	2.718	<b>65%</b>
<b>0515 - PDDE</b>	<b>1.889</b>	847	45%	792	<b>42%</b>
<b>0969 - PNATE</b>	720	720	100%	482	67%
<b>Demais Ações</b>	154	154	100%	93	61%
<b>Total</b>	<b>23.380</b>	<b>21.614</b>	<b>92%</b>	<b>13.154</b>	<b>56%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

O PDDE, com dotação de **R\$ 1,9** bilhão na LOA 2020, foi criado em 1995 com a finalidade de prestar assistência financeira às escolas por meio do pagamento de duas parcelas anuais, em abril e setembro. Desse montante, 82% estão classificados como “despesas diversas” e o restante é repassado no âmbito de programas ou ações específicas. Na seção seguinte, dois programas que se utilizam do molde de operação do PDDE para transferir recursos serão analisados com maior detalhe.

Em março, conforme trazido na 2ª edição deste relatório, o Governo anunciou a antecipação de parcelas do programa para a compra de materiais de higiene e EPIs. Até o fim de abril, 38% do montante aprovado para 2020 havia sido pago; ao final do 3º bimestre, 41%; e, ao final do 4º bimestre, apenas **42%**. Não por acaso, a ação apresenta a menor execução entre as despesas obrigatórias da etapa.

## 4.3 PROGRAMAS: NOVO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO CONECTADA

### Novo Ensino Médio

Recentemente, foram divulgados os dados do Ideb 2019 para o Ensino Fundamental 1, Ensino Fundamental 2 e o Ensino Médio, sendo que o Brasil atingiu a meta apenas para a primeira dessas etapas. Ainda que o avanço no Ensino Médio tenha sido o maior desde a série histórica

(0,4p.p.), ficou longe de atingir a meta estipulada (5,0). A partir da divulgação dos dados, que mais uma vez evidenciam os problemas de aprendizagem que o País enfrenta, principalmente na etapa, esta seção do relatório se destina a analisar a execução e o cumprimento das etapas do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem), lançado, em 2018, no âmbito da Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017. As informações abaixo foram adquiridas, principalmente, por meio da Lei de Acesso à Informação e por consultas no sistema financeiro do Governo Federal.

Criado pela Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, o ProNem contempla apoio técnico para execução do programa e implementação de escolas-piloto, apoio financeiro a programas que tenham aderência com o ProNem e formação continuada para equipe técnica responsável pela implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos Estados. O programa teve a adesão de 22 unidades da federação, em 2018, e de outras 5, em 2019, de modo que todas estão contempladas atualmente.

As ações são financiadas por meio de um empréstimo firmado, em 2018, junto ao Banco Mundial (BM). Entre os objetivos do acordo entre MEC e BM estão aumentar a capacidade das Secretarias Estaduais de Educação para implementação da reforma, aumentar o Ideb das escolas que integram o Programa de Fomento à Implantação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e aumentar a qualidade de aprendizado de escolas vulneráveis.

O valor total do empréstimo é de US\$ 250 milhões a serem repassados em cinco anos por meio de um mecanismo que envolve o uso de recursos que já compõem o orçamento do MEC e, posteriormente, uma operação financeira envolvendo o BM e o Tesouro Nacional para “abater” do montante gasto com o programa. O valor é dividido entre assistência técnica às redes estaduais (US\$ 29 milhões) e componentes de desembolso por resultado (US\$ 221 milhões), que condiciona os pagamentos ao cumprimento de metas dentro do cronograma estipulado. O condicionamento dos desembolsos faz com que o andamento do projeto dependa diretamente do MEC, de modo que é possível avaliar e classificar a atuação da pasta na execução do acordo, que está abaixo do esperado.

Não por acaso, reportagens<sup>4</sup> recentes têm chamado a atenção para o represamento de recursos do empréstimo, justamente pela inação da pasta para fazer o que lhe cabe. Segundo dados do Jornal O Globo, confirmados por documentos do BM, em 2018, dos US\$ 55 milhões que o MEC poderia obter, caso atingisse as metas, apenas US\$ 40 milhões foram desembolsados pela instituição internacional. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, nenhum centavo dos US\$ 60 milhões previstos foi desembolsado, uma vez que a pasta não cumpriu com sua parte do acordo. Em outras palavras, o Brasil poderia ter recebido US\$ 115 milhões, entre 2018 e 2019, mas, por conta do baixo desempenho, recebeu menos de 40% desse valor. Apenas em julho de 2020, a pasta ficou apta a receber um novo aporte, no valor de US\$ 2,5 milhões. O total previsto, para 2020, é de US\$ 59,5 milhões.

<sup>4</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/por-paralisia-mec-trava-us-725-milhoes-do-banco-mundial-destinados-ao-ensino-medio-24654879>

Dos valores que foram, de fato, recebidos pelo MEC para implementar o programa – que, como vimos, foi abaixo do previsto – nem tudo foi executado. Entre 2018 e agosto de 2020, a soma da dotação das ações do ProNem totalizou R\$ 2,3 bilhões. Desse total, no mesmo período, apenas 59% foi empenhado (R\$ 1,3 bilhão) e 45% foi, de fato, pago pela pasta, pouco mais de R\$ 1 bilhão. Segundo o próprio MEC, parte dos recursos empenhados que não foram pagos, um total de R\$ 60 milhões, depende de uma atualização dos cronogramas de execução e adequação dos planos de trabalho por parte das Secretarias Estaduais de Educação. Ainda assim, o montante “travado” representa apenas 19% da diferença entre o que foi empenhado e pago no período, que totaliza R\$ 323 milhões.

A tabela 13 reúne os dados de execução do Componente 1 – “Desembolso por Resultado por ano”, ação orçamentária e o programa ao qual o recurso pertence –, lembrando que o ProNem engloba diversas iniciativas. Como os dados mostram, os recursos de 2018 foram executados praticamente na sua totalidade. Em 2019, dos R\$ 871 milhões previstos, apenas R\$ 554 milhões foram pagos naquele ano, com destaque negativo para os recursos do PDDE – ProNem que teve apenas **1%** dos pagamentos efetuado.

Tabela 13.

### Execução Orçamentária Novo Ensino Médio Componente 1 – Desembolso por Resultado por ano e ação orçamentária (até 4º Bimestre)

Em R\$ milhões

Ano	Ação	Programa	Dotação	Empenhado	%	Pago	%
2018	0509	EMTI e BNCC	427,5	427,5	100%	426,4	100%
	0515	PDDE - ProNem	65,6	65,4	100%	64,8	99%
2019	0000	Bolsas ProBNCC	4,8	4,8	100%	4,2	88%
	0509	EMTI e ProBNCC (PAR)	550	550	100%	546	99%
	0515	PDDE - ProNem	316,2	316,1	100%	4	<b>1%</b>
2020	0000	Bolsas ProBNCC	8,1	8,1	100%	4,1	<b>51%</b>
	0509	EMTI	<b>925</b>	-	0%	-	0%
<b>Total</b>			<b>2.298</b>	<b>1.371</b>	<b>60%</b>	<b>1.050</b>	<b>46%</b>

Fonte: MEC, 2020

Dos **R\$ 925** milhões dotados para o EMTI em 2020, até agosto, nada foi empenhado ou pago – a baixa execução do programa já havia sido destaque no relatório anterior. Com os recursos desse ano, o MEC pagou apenas **metade** das bolsas previstas. Na soma dos dois conjuntos de recursos, a pasta pagou menos de 1% para o aprovado no ano.

No PDDE – ProNem, a diferença entre o que foi empenhado (R\$ 316 milhões) e pago (R\$ 4 milhões), em 2019, é de R\$ 312 milhões. Desse total, o MEC inscreveu **R\$ 311** milhões em RAP

para serem efetivados em 2020, mesma prática adotada no Educação Conectada, como mostra a tabela abaixo. Do total “trazido” de 2019 para 2020, na soma das duas ações, **R\$ 114,5** milhões foram pagos e **R\$ 196,7** milhões ainda podem ser efetuados. Em outras palavras, a pasta está deixando de pagar as despesas aprovadas para 2020 para efetuar os pagamentos de despesas de 2019, consumindo, assim, o limite de pagamentos de 2020.

Tabela 14.

### Pagamento RAP – Novo Ensino Médio (até 4º Bimestre)

Em R\$ milhões

Ano	Total inscrito em RAP até 2019	RAP pago em 2020	Saldo de RAP em 2020
<b>0509 – Desenvolvimento Educação Básica</b>	0,3	0,2	0,1
<b>0515 – PDDE</b>	310,9	114,3	196,6
<b>Total</b>	<b>311,2</b>	<b>114,5</b>	<b>196,7</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

O segundo componente do empréstimo diz respeito às assistências técnicas, que tinham como objetivo apoiar o planejamento técnico dos Estados na implementação do programa. Segundo o MEC, havia previsão de 112 assistências técnicas entre consultorias individuais e de empresas, das quais apenas quatro estão prestando serviços e outras 36 ainda estão em fase de elaboração do termo de referência. Olhando para o montante destinado ao componente entre 2018 e 2020, apenas **5%** foi empenhado e **1%** pago. Em 2018 e 2019, não houve pagamento dos recursos destinados para a ação e apenas **0,6%** dos recursos de 2020 foram pagos, evidenciando o número reduzido de consultorias ativas.

Tabela 15.

### Execução Orçamentária Novo Ensino Médio Componente 2 – Assistências Técnicas por ano e ação orçamentária (até 4º Bimestre)

Em R\$ milhões

Ano	Ação	Programa	Dotação	Empenhado	%	Pago	%
<b>2018</b>	0509	Assistência Técnica	0,2	0,12	60%	-	0%
<b>2019</b>	0509	Assistência Técnica	0,34	0,3	90%	-	0%
<b>2020</b>	0509	Assistência Técnica	33	1,3	4%	0,2	<b>0,6%</b>
<b>Total</b>			<b>33,5</b>	<b>1,7</b>	<b>5%</b>	<b>0,2</b>	<b>1%</b>

Fonte: MEC, 2020

Os dados e informações acima justificam a classificação dada pelo BM à implementação geral do programa por parte do MEC. No site da instituição financeira, o empréstimo do ProNem recebe a avaliação de “moderadamente insatisfatória”. A classificação é uma das mais baixas que o projeto poderia receber, o que pode afetar a capacidade do País de conseguir novos empréstimos semelhantes no futuro. Notícias recentes dão conta de que a pasta está se movimentando para correr atrás do prejuízo. O tempo perdido não será recuperado, mas os recursos que não foram desembolsados ainda podem ser recebidos. Agora, caso queira recuperar o dinheiro perdido, cabe ao MEC tentar renegociar os prazos e metas com a instituição internacional e cumprir com novas obrigações.

## Educação Conectada

As últimas edições do relatório destacaram a ausência de execução nos recursos destinados a ampliar a conectividade das escolas públicas brasileiras, por meio do Programa Educação Conectada. A tabela 16 traz os dados consolidados do programa, em 2019, e o acumulado até o 4º bimestre de 2020. Até junho desse ano, metade do exercício, o MEC não havia executado nada dessa iniciativa, como foi demonstrado no relatório anterior.

Entre julho e agosto, como mostra a tabela abaixo, a pasta empenhou 98% dos recursos da ação 0509 – Desenvolvimento da Educação Básica, **R\$ 60** milhões destinadas à conexão via satélite em parceria com o MCTIC, mas não realizou pagamentos. Nas outras ações orçamentárias que reúnem recursos do programa (0000 – Concessão de Bolsas de Apoio e 0515 – Desenvolvimento da Educação Básica), a situação se manteve inalterada no período, sem qualquer execução. Cabe lembrar que os dados são referentes ao período de janeiro a agosto de 2020, de forma que novos pagamentos e empenhos podem ter sido efetuados após esse período.

Tabela 16.

### Dotação e Execução do Programa Educação Conectada por Ação e PO (até 4º Bimestre)

Em R\$ milhões

Ação	2019				Até 4º Bimestre de 2020			
	Dotação (R\$)	Emp. (R\$)	Pago (R\$)	Pago (%)	Dotação (R\$)	Emp. (R\$)	Pago (R\$)	Pago (%)
<b>0000 – Bolsas de Apoio</b>	0,01	0,01	0,01	100%	1,20	-	-	0%
<b>0509 – Desenvolvimento Educação Básica</b>	62,69	62,69	46,06	73%	61,22	<b>60,00</b>	-	0%
<b>0515 – PDDE</b>	246,02	222,43	37,17	17%	135,00	-	-	0%
<b>Total</b>	<b>308,72</b>	<b>285,22</b>	<b>83,24</b>	<b>27%</b>	<b>197,42</b>	<b>60,00</b>	<b>0,01</b>	<b>0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Os dados acima são referentes às despesas aprovadas para o exercício, ou seja, a dotação atualizada, que inclui os créditos adicionais, tanto em 2019 como em 2020. No entanto, ao longo deste ano, o MEC e seus órgãos vinculados pagaram uma quantidade considerável de despesas de anos anteriores, os RAPs. Por se tratarem de despesas extraorçamentárias, não constam nos dados de execução do exercício, de acordo com o princípio da anualidade orçamentária. A tabela acima mostra que a pasta empenhou **R\$ 285,2** milhões, em 2019, dos quais apenas **R\$ 83,2** milhões foram pagos naquele ano. A diferença entre os dois valores pode ser inscrita em RAP, ou seja, as despesas empenhadas e não pagas no mesmo exercício podem ser roladas para exercícios.

A pasta utilizou esse artifício para não perder os recursos de 2019 e inscreveu **R\$ 202** milhões, demonstrados na tabela 17, para serem pagos em 2020. O mesmo mecanismo permite, inclusive, que despesas de 2018 e de anos anteriores sejam roladas para os exercícios seguintes. No caso do Programa Educação Conectada, a despesa mais antiga inscrita em RAP é de 2018 (**R\$ 21,5** milhões), mas esse recurso não foi utilizado, de modo que a totalidade dos RAPs pagos, em 2020, são referentes a 2019. Do total que pertence ao ano passado, a pasta pagou, em 2020, **R\$ 150,3** milhões, distribuídos entre as ações 0509 – Desenvolvimento da Educação Básica e 0515 - PDDE. Nota-se que **ainda** estão disponíveis **R\$ 51,5** milhões na ação 0515 - PDDE, que podem ser pagos nesse ano. É importante ressaltar que, ao pagar, em 2020, despesas de anos anteriores a pasta consumiu o limite de pagamentos deste ano, reduzindo, assim, o espaço financeiro para arcar com as despesas aprovadas na LOA.

Tabela 17.

## Pagamento RAP em 2020 – Programa Educação Conectada

Em R\$ milhões

Ação	Total inscrito em RAP		RAP pago em 2020	Saldo de RAP em 2020
	2018	2019		
<b>0000 – Concessão de Bolsas de Apoio</b>	3,4	0,01	0	3,4
<b>0509 – Desenvolvimento Educação Básica</b>	18,1	16,6	16,6	18,1
<b>0515 – PDDE</b>	0,01	185,2	133,7	<b>51,5</b>
<b>Total</b>	<b>21,5</b>	<b>202</b>	<b>150,3</b>	<b>73</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Dias depois de afirmar que a ampliação da desigualdade educacional pela falta de acesso à internet não é um problema do MEC, o ministro da Educação anunciou que, até o final de outubro, R\$ 145 milhões seriam repassados às escolas para a volta às aulas para esse fim. As transferências podem ser efetuadas utilizando apenas os recursos da dotação de 2020, até então intocados como mostra a tabela 16, ou usando a verba remanescente de 2018 ou 2019. Entretanto, no mês de outubro, a pasta adicionou R\$ 25 milhões à dotação do PDDE – Educação Conectada, totalizando R\$ 160 milhões, o que pode ser um indicativo de que essa será a origem dos recursos.

# ESPECIAL: COVID-19



## Medidas do MEC em resposta à pandemia da Covid-19

O número de casos e de óbitos por conta da pandemia de Covid-19, no Brasil, teve um pico no mês de julho e uma leve queda em agosto. A elevação de ocorrências em diferentes regiões e a nebulosidade a respeito da testagem e da produção de vacinas tornam incerta a perspectiva de controle da pandemia. Nesse contexto, tem se intensificado o debate sobre a reabertura das escolas, com algumas redes públicas e instituições privadas já tendo retornado com atividades presenciais. As decisões, nesse aspecto, são tomadas de maneira descentralizada, com forte polarização e reflexos políticos nas disputas eleitorais municipais.

Diante desse cenário, caberia ao MEC a coordenação das respostas aos efeitos da pandemia e do fechamento das escolas, mas a pasta se ausentou das suas responsabilidades. O apoio técnico na Educação Básica aos Municípios e Estados faz parte do mandato constitucional da União, bem como sua função financeira supletiva e redistributiva em relação aos entes subnacionais.

Para a Educação Básica, a presença coordenadora e indutora do MEC se limitou à publicação do Protocolo de Biossegurança para o retorno às aulas, no início de julho. Apenas recentemente, foram anunciados repasses para promover a conectividade das escolas (R\$ 145 milhões<sup>5</sup>) e uma troca de rubrica orçamentária para que as escolas possam se preparar para a volta às aulas (R\$ 525 milhões<sup>6</sup>). Os dois anúncios foram realizados posteriormente ao período de análise deste relatório, de modo que os repasses e os efeitos serão detalhados na edição seguinte. Contudo, é fundamental ressaltar que tais recursos já estavam previstos anteriormente.

A ausência da pasta na coordenação das respostas à pandemia é reforçada por discursos do ministro da Educação de que a volta às aulas e a desigualdade de ensino, no que tange o acesso à internet<sup>7</sup>, não são uma responsabilidade do MEC<sup>8</sup>.

**5** Escolas terão recursos para conectividade na volta às aulas - <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/escolas-terao-recursos-para-conectividade-na-volta-as-aulas>

**6** Educação libera R\$ 525 milhões para 'possível retorno às aulas' na pandemia - [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/17/educacao-libera-r-525-milhoes-para-possivel-retorno-as-aulas-na-pandemia?utm\\_medium=share-button&utm\\_source=whatsapp](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/17/educacao-libera-r-525-milhoes-para-possivel-retorno-as-aulas-na-pandemia?utm_medium=share-button&utm_source=whatsapp)

**7** "Volta às aulas no País e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro" - <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>

**8** "Ministro da Educação diz não ter responsabilidade sobre volta às aulas e desigualdade de ensino" - <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-desigualdade-de-ensino-1-24657545>

Em 28 de julho, o Ministério da Saúde (MS) publicou a Portaria 1.857/2020, com a previsão de repasse de R\$ 454,3 milhões no âmbito do programa Saúde na Escola. Entretanto, não é possível acompanhar a execução específica desses recursos porque estão informados em conjunto com outros gastos do MS.

Quando olhamos para recursos novos, a totalidade das Medidas Provisórias (MP) que abrem créditos extraordinários em favor do MEC se destina às Universidades e Hospitais Universitários. Entre julho e agosto, houve um acréscimo de R\$ 1,4 milhão à ação 21C0 – Enfrentamento Emergência de Saúde Pública, que abarca os gastos-extras com a pandemia, na rubrica de emendas, totalizando **R\$ 616,7** milhões. Desse total, **43%** foi pago.

Tabela 18.

## Medidas Provisórias em favor do MEC no combate à pandemia

Em R\$ milhões

Órgão	4º Bimestre/2020				
	Dotação Atualizada	Empenhado	% Empenhado	Pago	% Pago
<b>MEC (Adm. Direta)</b>	84,8	66,2	78%	27,4	32%
<b>EBSERH</b>	242,2	219,3	91%	131,9	54%
<b>Universidades</b>	289,6	207,0	71%	106,9	37%
<b>Total Geral</b>	<b>616,7</b>	<b>492,6</b>	<b>80%</b>	<b>266,3</b>	<b>43%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

**Assim, é possível afirmar que, até agosto de 2020, não havia qualquer dinheiro novo do MEC para a Educação Básica.** Ao contrário do esperado em um momento de crise fiscal e de imensos desafios de gestão nos Estados e Municípios, o Ministério da Educação tem estado ausente em matéria de colaboração interfederativa. Embora as transferências obrigatórias estejam sendo adequadamente empenhadas, as transferências discricionárias estão com baixa execução e nenhuma nova modalidade de apoio financeiro às redes públicas de ensino foi criada como estratégia de enfrentamento à crise.

O recém-divulgado estudo “Covid-19: Impacto Fiscal na Educação Básica”, produzido pelo Todos Pela Educação e pelo Instituto Unibanco, mostrou que as redes estaduais e municipais têm despesas adicionais durante a pandemia e há perspectiva de esforço bilionário para garantir um retorno seguro e de qualidade às atividades letivas presenciais. Só nas redes estaduais, a projeção de gastos com estratégias educacionais durante a pandemia e com a reabertura das escolas é de R\$ 5,3 bilhões.

Ao mesmo tempo, a perspectiva é que os Estados e os Municípios devem perder de R\$ 13 bilhões a R\$ 40 bilhões de impostos vinculados à Educação, em 2020, atingindo sobretudo os

Estados mais vulneráveis como Bahia e Ceará. É nesse sentido que fica clara a necessidade de um robusto apoio financeiro do MEC, ainda mais considerando a capacidade de emissão de dívida para manter o patamar de despesas em cenário de crise fiscal como o atual. Isso, contudo, não tem acontecido, sendo inexistente o esforço orçamentário do MEC para auxiliar os entes federativos.

# 5.

## CONCLUSÃO

Assim como nos relatórios anteriores, a baixa execução das despesas discricionárias e o pagamento excessivo de RAP, que consome o limite de pagamento das despesas aprovadas de 2020, são os destaques negativos desta edição. Mas, além da baixa entrega de recursos, que reflete na redução da oferta de bens e serviços aos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar, a não-execução das despesas discricionárias, dentro de um contexto de queda de arrecadação e crescimento de gastos, é um convite para os cancelamentos destacados na seção 3.1.

Quase que de forma repetitiva, a sequência de relatórios publicados pelo Todos Pela Educação chama a atenção para a raiz do problema, iniciado em 2019. O ciclo de baixa execução e rolamento dos gastos para o ano subsequente já é uma realidade para o MEC e, dificilmente, será evitado em 2021, especialmente para as despesas da Educação Básica. O detalhamento dos programas, na seção 5, evidencia essa lógica.

O FNDE atingiu, ao final de agosto, a marca de mais despesas para pagar do que espaço financeiro, ou seja, não há limite de pagamento disponível para arcar com as despesas planejadas para 2020, caso elas sejam empenhadas. As alternativas para o problema seriam: (1) empenhar esses recursos e rolá-los para 2021, transferindo o problema para o ano que vem; ou (2) não empenhá-los e “perder” os recursos, que retornariam para o Tesouro Nacional.

A autarquia consumiu 46% do seu limite de pagamento, do qual 76% foi utilizado com RAP. O reflexo desse comportamento é o represamento das programações de 2020, abrindo espaço para o cancelamento de mais de R\$ 1,1 bilhão para financiar outras despesas – o equivalente a 30% do total planejado para o ano. O ministério está tentando reverter os cortes, que aguardam a decisão do Congresso Nacional, mas dificilmente terá sucesso.

Até agosto, apenas 6% das despesas discricionárias da Educação Básica foram pagas, justamente o conjunto de despesas que pode ser cancelado para financiar outras ações. A taxa de pagamento dos gastos obrigatórios, por outro lado, está em 54% do aprovado para o ano. Olhando para a execução geral do MEC para o período, tanto os empenhos (82%) como os pagamentos (51%) se assemelham fortemente aos valores de 2019.

A seção especial sobre a pandemia relata a ausência de novos recursos, até agosto, e a falta de coordenação do MEC, além de falas preocupantes da autoridade máxima da Educação no

País, eximindo-se da responsabilidade. As próximas edições do relatório trarão, com detalhes, a execução dos recursos para a conectividade (R\$ 145 milhões) e para a volta às aulas (R\$ 525 milhões), bem como eventuais repasses adicionais.

O detalhamento dos desembolsos e da execução do Novo Ensino Médio reforça a necessidade da retomada de foco para a etapa, há mais de uma década estagnada no Ideb. Entre 2018 e 2019, a pasta poderia ter recebido US\$ 115 milhões do BM, mas, por não cumprir com as metas estabelecidas em contrato, apenas US\$ 40 milhões foram desembolsados. Para 2020, a estimativa era de que a instituição internacional repassasse US\$ 59,5 milhões, mas, até agosto, apenas US\$ 2,5 milhões foram desembolsados.

A execução dos recursos recebidos também deixa a desejar. Entre 2018 e agosto de 2020, 60% dos recursos do Componente 1 (desembolso por resultados) haviam sido empenhados e 46% pagos. Para o Componente 2 (assistências técnicas), apenas 1% foi pago no período, de modo que, das 112 assistências previstas, apenas quatro estão ativas.

O outro programa analisado na seção 5, o Educação Conectada, até agosto, não havia efetuado pagamentos com os recursos aprovados para 2020. Houve empenho de R\$ 60 milhões durante o 4º bimestre, valor discreto diante do total planejado para o ano (R\$ 197 milhões). Por outro lado, R\$ 150 milhões em RAP foram pagos. No próximo relatório, constará a origem dos recursos do último anúncio realizado sobre novos repasses do programa. Poderão ser utilizadas despesas aprovadas na LOA 2020 ou do saldo de RAP.

# GLOSSÁRIO<sup>9</sup>

**Autarquia** - É o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, para exercer atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

**Despesa discricionária** - Aquela cuja previsão consta somente na lei orçamentária. Não há outro diploma legal que a estabeleça. Dependem, portanto, da capacidade, priorização e decisão por parte dos gestores públicos para serem executadas.

**Despesa empenhada** - Valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face a compromisso assumido.

**Despesa obrigatória** - Aquela que, além de constar da lei orçamentária, está prevista em diploma legal específico e, portanto, representa obrigação legal do Estado e independem de vontade ou prioridade dos gestores.

**Dotação orçamentária** - É o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária.

**Educação Básica** - O sistema educacional do Brasil divide-se em Educação Básica e Educação Superior. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), a Educação Básica compreende as etapas: Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e as modalidades: Educação Profissional, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

<sup>9</sup> Fontes utilizadas para a elaboração do Glossário:  
<https://uspdigital.usp.br/portalthtransparencia/arquivos/GlossarioFinanceiro.pdf>;  
<https://portal.fazenda.sp.gov.br/Paginas/Gloss%C3%A1rio-de-Termos.aspx>;  
<https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>;  
<http://www16.receita.fazenda.gov.br/cadsinc/area-do-cidadao/glossario/>;  
<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/glossario.pdf>;  
<https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario>;  
<http://www.fnnde.gov.br/index.php/acessibilidade/item/724-gloss%C3%A1rio>;  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm)

**Empenho** - Reserva de dotação orçamentária para um fim específico, é formalizado mediante a emissão de um documento denominado Nota de Empenho. Funciona como garantia ao credor do ente público de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.

**Execução orçamentária da despesa** - Utilização dos créditos consignados no orçamento do ente público e nos créditos adicionais, visando à realização das missões atribuídas às unidades orçamentárias.

**Exercício financeiro** - Período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** - Lei que compreende as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**Lei Orçamentária Anual (LOA)** - Lei especial que contém a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

**Medida Provisória (MP)** - Norma legislativa adotada pelo presidente da República que, pela sua definição, deve ser editada somente em casos de relevância e urgência. A MP começa a vigorar imediatamente após sua edição, mas, para virar lei, precisa ser aprovada pelo Congresso.

**Pagamento** - Último estágio da despesa pública em que o órgão ou a entidade efetiva o pagamento ao ente responsável pela prestação do serviço ou fornecimento do bem, recebendo a devida quitação.

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARPD)** - Documento elaborado periodicamente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Receita Federal do Brasil, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020 (Lei nº 13.898/2019).

**Regra de Ouro** - É um mecanismo para evitar o endividamento público para pagar as chamadas despesas correntes: salários, contas de luz, etc. De acordo com a Constituição Federal, art. 167, III: "São vedados: [...] III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

**Restos a Pagar** - Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

**Salário-Educação** - É uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal, que serve como fonte adicional de recursos do Ensino Fundamental público, permitindo às três instâncias do Governo investirem em programas, projetos e ações que qualifiquem profissionais da Educação e estimulem alunos a permanecerem em sala de aula.

**Unidade orçamentária** - Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.



TODOS  
PELA  
EDUCAÇÃO

CONHEÇA O  
EDUCAÇÃO JÁ ▶



 [TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR](http://TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR)

 [/TODOSEDUCACAO](https://www.facebook.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSEDUCACAO](https://twitter.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSPELAEDUCACAO](https://www.instagram.com/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/USER.TODOSPELAEDUCACAO](https://www.youtube.com/user/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO](https://www.linkedin.com/company/TODOSPELAEDUCACAO)